

RECURSO ESPECIAL Nº 1.528.230 - RS (2015/0088087-2)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **BEATRIZ DAROIT**
ADVOGADOS : **ROGER HONÓRIO MEREGALLI DA SILVA E OUTRO(S) -**
RS045470
ENIO MEREGALLI JÚNIOR - RS067456
PRISCILA MEREGALLI - RS075262

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. REVISÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. DECADÊNCIA. ART. 54 DA LEI 9.784/1999. "PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA". FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. RECURSO NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela UNIÃO, com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão da Terceira Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fls. 250-255):

AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO. APOSENTADORIA. REVISÃO DO ATO ADMINISTRATIVO. DECADÊNCIA. ART. 54 DA LEI 9.784/99. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. DECISÃO MANTIDA.

Agravo a que se nega provimento.

Os embargos de declaração foram rejeitados (fls. 284-290).

A recorrente defende inicialmente que há negativa de vigência ao art. 535, II, do CPC/1973, "visto que rejeitada a prestação jurisdicional concernente à perfectibilização do prequestionamento explícito" (fl. 312). No mérito, argumenta que o acórdão recorrido "ofendeu diretamente o disposto no art. 54 da Lei n. 9.784/1999, pois o prazo decadencial previsto nessa norma teria início somente após o ato de apreciação feito pelo TCU para fins de registro da concessão da aposentadoria" (fl. 313). Requer, ao final, o provimento do recurso a fim de "julgar improcedente o pedido da autora" (fl. 367).

Contrarrazões oferecidas às fls. 409-440.

Crivo positivo de admissibilidade à fl. 445.

É o relatório. Passo a decidir.

Anote-se que os recursos interpostos com fulcro no CPC/1973 sujeitam-se aos requisitos de admissibilidade nele previstos, conforme diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2 do Plenário do STJ.

No caso, a autora ajuizou ação ordinária contra a União, objetivando a convalidação do ato de sua aposentadoria (Portaria n. 0564, de 3/7/1997, DOU de 7/7/1997), bem como anular a decisão do Tribunal de Contas da União, exarada no processo 023.621/2010-9, tendo em vista o cômputo de 4 anos e 13 dias de tempo de serviço rural sem a comprovação do recolhimento de contribuições previdenciárias no

período averbado.

O Tribunal de origem manteve a sentença que julgou procedente a demanda ao fundamento de que "a autora já está aposentada há aproximadamente 15 anos, entendo, que se deve prestigiar o princípio da segurança jurídica em detrimento da legalidade do ato administrativo, tendo em vista o disposto no art. 54 da Lei 9.784/1999".

De início, afasta-se a alegada violação do artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

Quanto ao mérito, cabe anotar que o acórdão recorrido manteve a sentença de procedência da demanda, nos seguintes termos:

A aposentadoria estatutária da autora foi concedida no ano de 1997, mediante cômputo de tempo de serviço rural para o qual não houve a indenização de contribuições previdenciárias.

Através de ofício expedido em 05/10/2012 (evento 1, OUT15), a autora foi notificada pelo TCU de que foi encontrada irregularidade na concessão de sua aposentadoria.

Considerando que a autora já está aposentada há aproximadamente 15 anos, entendo, neste juízo perfunctório, **que se deve prestigiar o princípio da segurança jurídica em detrimento da legalidade do ato administrativo**, tendo em vista o disposto no art. 54 da Lei 9.784/99 e os precedentes jurisprudenciais abaixo colacionados:

Como se denota, a demanda foi julgada com base em fundamento eminentemente constitucional, no sentido de prestigiar o "princípio da segurança jurídica em detrimento da legalidade do ato administrativo". Ocorre que o referido fundamento não foi impugnado no recurso especial, o que atrai a incidência, por analogia, do enunciado n. 283/STF: "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". Precedente: AgInt no REsp 1.599.477/SC, Rel. Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe 2/05/2017.

Mesmo que assim não fosse, quanto à suposta não ocorrência da decadência administrativa, constata-se que o recurso especial se apresenta inviável, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL. VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 489, § 1º, E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. PROVENTOS DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PERMANENTE. NOVA SISTEMÁTICA DE CÁLCULO CONSAGRADA PELA EC 70/2012. ACÓRDÃO A QUO QUE INDEFERIU O PLEITO DE PAGAMENTO DE VALORES RETROATIVOS À DATA DA APOSENTAÇÃO POR NÃO RECONHECER A RENÚNCIA DA PRESCRIÇÃO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL.

3. Registre-se que a controvérsia relativa à impossibilidade de retroação do pagamento dos valores oriundos da revisão do benefício, à data da concessão da aposentadoria, considerando a interrupção da prescrição pela EC 72/2012

e a inexistência de renúncia ao prazo prescricional, foi dirimida eminentemente com base no exame da referida emenda constitucional, de modo que o recurso especial se apresenta inviável quanto ao ponto, sob pena de se usurpar a competência reservada pela Constituição ao Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.170.983/RS, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 22/4/2019)

ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. BENEFÍCIOS DE PENSÃO E APOSENTADORIA INDEVIDAMENTE RECEBIDOS. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS. EXAME EM RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE.

1. Hipótese em que a matéria sobre imprescritibilidade das ações de ressarcimento relativas a atos ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos aos Cofres Público foi dirimido pelo Tribunal a quo sob enfoque eminentemente constitucional (conforme o disposto no § 5º do artigo 37 da Constituição Federal). Descabe, pois, ao STJ examinar a questão, porquanto reverter o julgado significa usurpar competência do STF.

2. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.736.390/RJ, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 20/11/2018)

Ante o exposto, **nego** provimento ao recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator